

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003196-19.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Valdemir Tadeu Zago**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

VALDEMIR TADEU ZAGO pediu a condenação da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 26 de janeiro de 2016.

A ré foi citada e apresentou defesa, aduzindo em preliminar a ausência de documento essencial à propositura da ação. No mérito, defendeu o pagamento da indenização na esfera administrativa e a inexistência da incapacidade funcional alegada.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se a preliminar arguida.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação das partes.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

O laudo médico pericial conclui que *"o nexo causal é procedente quanto ao acidente de trânsito ocorrido em 26/01/16 (fls. 12/15), bem como há que ressaltar que a SEQUELA RESULTANTE EM AMBOS OS PUNHOS (apesar do tratamento cirúrgico instituído) é irreversível e decorrente da perda total da mobilidade segmentar bilateral nos punhos. A sequela funcional presente no punho direito é total (completa) e perfaz o montante de R\$ 3.375,00 reais, isto é, (25% x 100%) = 25%. A sequela funcional presente*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

no punho esquerdo é total (completa) e perfaz o montante de R\$ 3.375,00 reais, isto é, (25% x 100%) = 25%. O VALOR TOTAL CORRESPONDE a R\$ 6.750,00 reais" (fl. 141).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

Ademais, diferentemente do alegado pela ré, a *expert* afirmou que a sequela ocasionou a *"perda total da mobilidade segmentar bilateral nos punhos"* (fl. 141), afastando-se, assim, a impugnação de fls. 148/149.

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula 474 do STJ).

O autor já foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 6.243,75, de modo que receberá a quantia de R\$ 506,25.

Nos termos da súmula 580 do Superior Tribunal de Justiça, *"a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso"*.


Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para o autor a importância de R\$ 506,25, com correção monetária desde a data do evento danoso com a incidência de juros moratórios, à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, dos honorários periciais já adiantados e dos honorários advocatícios do patrono do autor fixados por equidade em R\$ 400,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de outubro de 2017.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA